

A multiescalaridade na valorização patrimonial de comunidades remanescentes de quilombo no município de Tururu, CE, Brasil

Multiescalarity in the patrimonial valorization of quilombo remaining communities in Tururu, CE, Brazil

Multiescalaridad em la valorización de las comunidades remanescentes de quilombo en Tururu, CE, Brasil

Eduardo Rodrigues Alves

<https://orcid.org/0000-0002-4227-1816>
ociberdudu@gmail.com

Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, CE

Christian Dennys Monteiro de Oliveira

<https://orcid.org/0000-0001-8025-2045>
cdennys@gmail.com

Universidade Federal do Ceará, UFC, Fortaleza, CE

Resumo: Este estudo analisa o processo de reconhecimento patrimonial das comunidades quilombolas do município de Tururu (CE), visando compreender a territorialidade e os aspectos culturais quilombolas diante de múltiplas escalas. Foram identificadas relações intracomunitárias, intercomunitárias e intramunicipais, que refletem desafios e demandam estratégias para a valorização do patrimônio quilombola. Entende-se que reconhecimento valorativo destes territórios se dá a partir de sua própria capacidade de reivindicação, mas também depende da capacidade de suporte da gestão pública. Portanto, demanda-se maior articulação entre diferentes agentes e instâncias para fomentar um reconhecimento valorativo.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Territórios Quilombolas, Escalas Geográficas.

Abstract: From a qualitative analysis of the cultural and social background, we intend to understand the process of heritage recognition of the quilombola communities in Tururu (CE). The study is based on the revision of the concepts of patrimony, territory, and scale and, beyond this theoretical study, its methodology includes documentary research and fieldwork with semi-structured interviews, aiming to understand the territoriality and quilombola cultural aspects in front of multiple scales. Intra-community, intercommunity and intra-municipal relations were identified, which reflect challenges and demand strategies for the valorization of quilombola patrimony. It is understood that the value recognition of these territories comes from their capacity of claim, but also depends on the supportive capacity of public management.

Therefore, greater articulation between different agents and instances is required to foster value recognition.

Keywords: Cultural Patrimony, *Quilombola* Territories, Geographic Scales.

Resumen: Partiendo de un análisis cualitativo del recorte cultural y social, pretendemos comprender el proceso de reconocimiento patrimonial de las comunidades quilombolas en el municipio de Tururu-CE. El estudio se basa en la revisión de los conceptos de patrimonio, territorio y escala; más allá del estudio teórico, su metodología incluye una investigación documental y trabajo de campo con entrevistas semiestructuradas, con el objetivo de comprender la territorialidad y los aspectos culturales quilombolas frente a múltiples escalas. Se identificaron relaciones intracomunitarias, intercomunitarias e intramunicipales, que reflejan los desafíos y exigen estrategias para la valorización del patrimonio de los quilombolas. Se entiende que el reconocimiento del valor de estos territorios proviene de su propia capacidad por reivindicaciones, pero también depende de la capacidad de apoyo de la gestión pública. Por lo tanto, se requiere una mayor articulación entre los diferentes agentes e instancias para fomentar un reconocimiento que les de valor.

Palabras clave: Patrimonio Cultural, Territorios Quilombolas, Escala Geográfica.

INTRODUÇÃO

O conceito de patrimônio cultural adquire expressão espacial por meio das categorias de análise da Geografia, sendo assim um dos caminhos na análise da dimensão geográfica da cultura (Figueiredo, 2013). Tal conceito contribui para o entendimento de contextos socioespaciais dotados de identidades culturais tradicionais, como as comunidades quilombolas no Brasil.

As comunidades quilombolas estão extensivamente presentes no território brasileiro. Desde seu surgimento, tais agrupamentos representam espaços de resistência, como explicam Berutti, Lisboa e Santos (2012, p.33):

Os quilombos, nascidos da resistência à escravidão e da busca pela liberdade, foram, ao longo do tempo, perdendo esse objetivo inicial. Atualmente são redutos de uma cultura preservada, os quais denominamos de “comunidades quilombolas” ou “remanescentes de quilombos”.

Estes grupos possuem aspectos históricos, territoriais e culturais que os diferenciam dos demais grupos sociais na contemporaneidade. Neste sentido, identidade e territorialidade são requisitos fundamentais para a definição de referência cultural do que se entende como patrimônio cultural (Cunha Junior, 2012). Assim, as Comunidades Remanescentes de Quilombo (CRQs) inserem no âmbito dos patrimônios culturais produtores de identidades e de territorialidades.

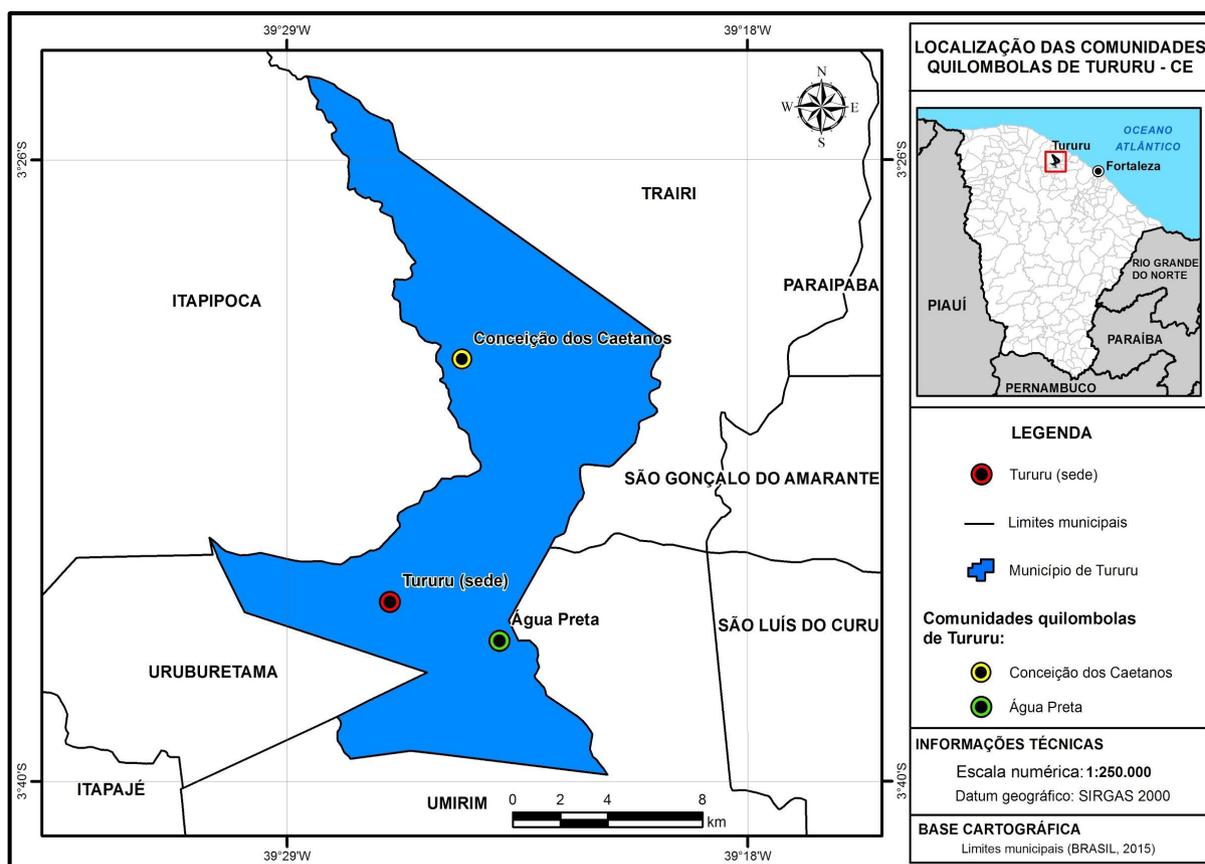
O Brasil, via Fundação Cultural Palmares (FCP), certificou 1.523 comunidades quilombolas até o mês de julho de 2010. Deste total, 25 comunidades situavam-se no estado do Ceará (Calaça, Domingos & Cunha Junior, 2011). Já em agosto de 2019, o portal da FCP dispôs um total de 3.386 CRQs reconhecidas em todo o território nacional, sendo: 164 ($\cong 4,9$

%) na região Centro-Oeste, 191 ($\cong 5,6\%$) na região Sul, 366 ($\cong 10,8\%$) na região Norte, 527 ($\cong 15,5\%$) na região Sudeste e 2138 ($\cong 63,1\%$) na região Nordeste. Da parcela nordestina, 50 CRQs certificadas estão no Ceará (Fundação Cultural Palmares [FCP], 2019).

Os dados mostram que o número de CRQs certificadas no Ceará duplicou, mas o levantamento feito por organizações sociais ligadas às comunidades quilombolas cearenses estimam um número maior de comunidades ainda não certificadas. E apesar do relativo avanço no reconhecimento das CRQs, a certificação destes espaços não significa por si só a garantia de direitos e a sua valorização enquanto patrimônios culturais. É preciso que haja a garantia de recursos essenciais, como: titulação de suas terras, acesso a moradia, saneamento básico, serviços de saúde e educação contextualizada à cultura quilombola.

No Ceará, as primeiras certificações se deram em 2004, com as comunidades de Conceição dos Caetanos e Água Preta, no município de Tururu (Fig. 1). Mas apesar de serem as CRQs cearenses mais antigas em termos de reconhecimento oficial as CRQs de Tururu ainda apresentam desafios no sentido da valorização sob a ótica do patrimônio cultural.

Figura 1: Mapa de localização das CRQs situadas no município de Tururu, CE.



O processo de reconhecimento destas e de outras comunidades quilombolas vincula-se ao processo de percepção e valorização de sua identidade, que por sua vez perpassa pelas territorialidades construídas ao longo do tempo no espaço geográfico. Diante deste panorama, dispõem-se alguns questionamentos: De que forma esta identidade é internamente percebida e construída em cada uma destas comunidades? Qual interatividade é

estabelecida entre as duas comunidades no que tange a valorização conjunta deste patrimônio quilombola? Em que medida as comunidades quilombolas constituem-se patrimônios na escala intramunicipal de Tururu?

Com base nestas questões, este estudo pretende compreender o processo de reconhecimento patrimonial dos territórios quilombolas do município de Tururu a partir de relações e problemáticas que desafiam sua visibilidade em diferentes escalas.

Tururu possui área de 202,3 km² e sua estimativa populacional para o ano de 2018 é de 16.105 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2018). A população ocupa majoritariamente a zona rural, com pequenos núcleos urbanos em seus quatro distritos: Tururu (sede), São Pedro do Gavião, Conceição e Cemoaba.

O município integra a Microrregião Geográfica de Uruburetama (Ceará, 2007), que reúne os municípios de Uruburetama (centralidade regional), Tururu, Itapajé e Umirim. A região é caracterizada pela Serra de Uruburetama, onde nasce o rio Mundaú, alimentador dos açudes Mundaú e Gameleira, que por sua vez abastecem o município de Itapipoca, além dos distritos que o margeiam até a sua foz, no município de Trairi.

Entre as datas comemorativas do município, é dada certa ênfase à festividade do 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, para direcionar holofotes à negritude do município. Mas a realização desta festividade isoladamente não significa plena representatividade e reconhecimento destes grupos.

BASES TEÓRICAS E PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa assume caráter qualitativo com recorte cultural e social com perfil de investigação exploratório, aberto à rearticulação de problemáticas geográficas distintas. Álvaro Heidrich (2016, p. 22) compreende a pesquisa qualitativa em Geografia como:

A prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo.

O autor interpõe Geografia Cultural e Social para a composição de um novo campo de pesquisa, considerando as práticas de pesquisa com enfoque qualitativo como “essenciais no campo das humanidades e nas geografias orientadas para os estudos de cultura e sociedade”. Portanto, algumas indicações propostas pelo autor foram incorporadas na pesquisa, como a utilização de entrevistas semiestruturadas e a visualização da história oral como potencialidades investigativas.

A primeira etapa do estudo envolveu a construção do referencial teórico básico, fortalecido ao longo do tempo de dois anos de pesquisa, e que serviu como guia para seu desenvolvimento. De maneira complementar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, trabalhos de campo e pesquisa documental. Estas diferentes técnicas se deram com o envolvimento de diferentes sujeitos e sobre variadas escalas de análise.

Referencial teórico

A análise em torno do patrimônio quilombola de Tururu demandou uma rede conceitos interligados para embasar a leitura dos fenômenos presentes no contexto municipal em torno deste objeto de estudo. Inicialmente, é preciso levar em conta o próprio entendimento sobre as comunidades quilombolas na atualidade. O termo Comunidade Remanescente de Quilombo (CRQ) foi institucionalizado com a Constituição de 1988. Tal marco representou um avanço no processo de valorização da população afrodescendente no Brasil, e se deu com bastante empenho do Movimento Negro Unificado (MNU) e outras organizações. Apesar do tratamento da questão quilombola ter se iniciado antes mesmo da institucionalização do termo em 1988 (Cunha Junior, 2012), as CRQs enfrentam ainda hoje a falta de assistência no âmbito das políticas públicas. A busca por valorização teve um avanço considerável com as Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir), a partir de 2005, mas esta valorização apresenta impasses não resolvidos e que desafiam a representatividade socioespacial desses grupos.

Uma legislação mais recente, o Art. 2º do Decreto 4.887/2003, define como remanescentes de comunidades quilombolas os “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. Seu §2 define as terras quilombolas como terras ocupadas por remanescentes de quilombolas e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Em uma primeira aproximação, percebe-se que a identificação oficial das CRQs reconhece a relevância cultural destes espaços. Ante a relevância cultural, é importante compreender o conceito de patrimônio cultural, que engloba diferentes expressões espaciais constituídas em identidades. De acordo com Figueiredo (2013, p. 53),

Quando o espaço transpõe o tempo na memória social ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sócio-políticas. Trata-se de um balanço provisório e teórico, procurando dar densidade às reflexões sobre o uso e ocupação do território a partir da patrimonialização.

O mesmo autor entende o patrimônio cultural como “conjunto de todos os bens que, pelo seu valor próprio, devem ser considerados de interesse relevante para a permanência e a identidade da cultura de um povo” (Figueiredo, 2013, p. 59). Entende também que a preservação deste patrimônio cultural visa “à continuidade das manifestações culturais, promove a melhoria da qualidade de vida da comunidade, implica na manutenção de seu bem-estar material e espiritual e garante o exercício da cidadania” (*ibidem*, p. 59).

A compreensão em torno do conceito de território se estabeleceu a partir de Haesbaert (2007, 2008). Segundo o autor, o território esteve na história do pensamento ocidental, por muito tempo, vinculado à ideia de *terra-territorium*, com dominação jurídica/política do espaço e também esteve associado ao entendimento de *terreoterritor*, com imposição de força e medo para deter seu controle (Haesbaert, 2008). Entretanto, atualmente o território

passa a ser entendido também pelo viés cultural, passando a destacar sentidos de apropriação simbólica do espaço.

Em Haesbaert (2007), existem três diferentes dimensões em torno do território: econômica, política e cultural. A perspectiva econômica de território interpreta-o como recurso econômico, vislumbrando uma rede de territórios com funções econômicas diferenciadas no espaço geográfico. A perspectiva política de território se refere mais incisivamente à relação espaço-poder, Poder este que não é obrigatoriamente exercido pelo Estado, e sim por uma gama de atores e agentes que atuam no espaço geográfico. Já a perspectiva cultural ou simbólico-cultural, interpreta o território como resultado da apropriação simbólica que grupos humanos de pessoas faz de um espaço.

Pode-se estabelecer uma aproximação entre a expressão de territorialidade das comunidades quilombolas por estas três diferentes perspectivas do território, entretanto, é pela perspectiva simbólico-cultural que se compreende a apropriação simbólica do território, composta por referências histórico-culturais, que caracteriza a territorialidade das comunidades quilombolas. De modo que esta terceira perspectiva ganha peso um pouco maior neste trabalho, uma vez que enfatiza a relação humana com o espaço por meio da associação simbólico-cultural, produzindo territorialidades, relações entre território e identidade (Haesbaert, 2007).

Esta relação socioterritorial representa um processo fundamental para a construção de uma identidade em torno dos elementos culturais do patrimônio quilombola. Cunha Junior (2012) entende que a identidade se associa com a territorialidade, constituindo um conjunto de referência cultural para aquilo que vem a ser denominado como patrimônio cultural.

Identidade e territorialidade são dois requisitos fundamentais para a definição de referência cultural e esta, por sua vez, para os conceitos ampliados do que vem a ser os patrimônios culturais materiais e imateriais. A referência cultural tem forte vinculação com a relação de pertencimento da “nossa identidade” e com a “nossa territorialidade”. (Cunha Junior, 2012, p. 163)

A partir desta assertiva, a concepção de comunidade remanescente de quilombo se insere no âmbito dos patrimônios culturais, materiais e imateriais, produtores de identidades e de territorialidades. Atualmente, tais comunidades são percebidas no campo da identidade cultural, do território e da permanência histórica e não apenas em torno dos aspectos étnicos e da lógica de proteção contra o escravismo (Cunha Junior, 2012; Berutti, Lisboa & Santos, 2012).

Para melhor compreender os grupos abordados no trabalho, foram consultadas obras que apresentam importantes informações sobre as comunidades quilombolas no Brasil, tais como Berutti, Lisboa e Santos (2012) e Anjos (2006, 2009); sobre as comunidades quilombolas no contexto cearense, como Cunha Junior, Silva e Nunes (2011); e também com uma abordagem específica sobre as comunidades quilombolas abordadas neste trabalho, por meio de Ratts (2000), Calaça, Domingos e Cunha Junior (2011) e Caetano (2015), sendo esta última professora e moradora da comunidade de Conceição dos Caetanos.

Também se fez fundamental voltar-se para o conceito de escala, a partir da discussão feita por Castro (2000, p. 128):

A escala introduz o problema da polimorfia do espaço, sendo o jogo de escalas um jogo de relações entre fenômenos de amplitude e natureza diversas. A flexibilidade espacial institui uma dupla questão: a da pertinência das relações como sendo também definida pela pertinência da medida na sua relação com o seu espaço de referência.

Seu texto traça problemáticas e limites impostos à escala na Geografia e na Cartografia, de modo que trabalhando a escala como uma estratégia de aproximação do real, a autora indica possibilidades de utilização da escala na prática da pesquisa como uma estratégia metodológica de apreensão da realidade.

Metodologia

Após uma revisão bibliográfica de textos fundamentais da Geografia Cultural e do envolvimento com comunidades quilombolas, o percurso metodológico foi elaborado após um reconhecimento prévio por meio de visitas as comunidades de Água Preta e de Conceição dos Caetanos. Foram fundamentais os trabalhos de campo, realizados sobretudo nos meses de janeiro e junho, ocasião em que foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças das comunidades. O objetivo foi compreender demandas, problemáticas e potencialidades em cada uma das comunidades, envolvendo a relação das comunidades entre si e destas com a gestão pública municipal.

A proximidade pessoal e familiar com o município e a Comunidade de Conceição dos Caetanos, bem como a conseqüente convivência que antecede o próprio período do projeto, facilitou o estabelecimento das parcerias e a acolhida dos pesquisadores nos momentos de contato direto nos trabalhos de campo e entrevistas. As intermediações em Conceição dos Caetanos se deram por meio de sua principal líder comunitária (Dona Bibiu), além de uma professora articuladora de projetos da comunidade (Sandra Caetano) e uma outra liderança mais associada ao público jovem e mobilizador de grupos artísticos da comunidade (Adailton Caetano¹).

As articulações em Água Preta se deram também por meio da principal liderança comunitária (Dona Toinha, e sua filha Carminha), que é gestora da escola pública presente na comunidade. Tratam-se, portanto, de pessoas das respectivas comunidades que costumam articular atividades e questões importantes que dizem respeito ao coletivo, sendo o caráter de liderança atribuído justamente por conta deste empenho para com as pautas comunitárias.

A partir de cada uma das lideranças houve, separadamente, práticas de diálogo pautadas em tópicos específicos, referentes às atividades articuladas por cada um dos sujeitos participantes. O modelo mais livre de entrevista não estruturada - sem o uso fichas

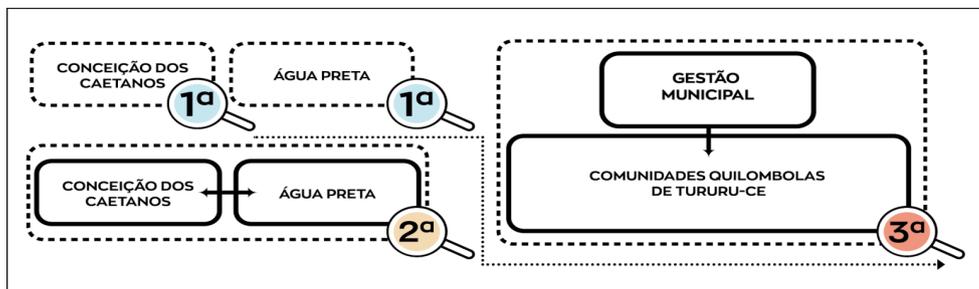
1 Todos os nomes, quando citados, foram expressamente autorizados em sua identificação.

de preenchimento ou perguntas objetivas muito fechadas - garantiu uma melhor fluidez à conversa e uma melhor compreensão do que foi exposto pelos participantes da pesquisa.

No reconhecimento do cotidiano das comunidades e da dinâmica de espaços culturalmente representativos, acompanhou-se a tradicional Festa do Zumbi, realizada anualmente em comemoração ao Dia da Consciência Negra. A visita aos pontos de maior destaque em cada comunidade se deu sempre com o acompanhamento de liderança.

A análise foi desenvolvida em diferentes escalas (Fig. 2), partindo da imersão de questões particulares a cada comunidade quilombola (1ª escala); seguindo para questões intrínsecas às duas comunidades no contexto municipal e a relação entre as comunidades no processo de valorização (2ª escala); concluindo com a análise envolvendo as duas comunidades de modo conjunto em sua relação com o poder público municipal e a população em geral civil externa às comunidades (3ª escala).

Figura 2: Diferentes escalas de análise propostas para a pesquisa.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do diálogo com as comunidades quilombolas tururuenses, foi possível apreender os principais avanços históricos e desafios enfrentados por estas, não apenas em torno da questão cultural, mas também questões como o acesso a serviços de saúde, saneamento básico, educação e infraestrutura. Tal reconhecimento se deu por meio de entrevistas semiestruturadas pautadas nos seguintes tópicos: territorialidade e organização comunitária, representatividade política, cidadania, aspectos econômicos, cultura e educação.

Relações intracomunitárias

Inicialmente, com relação à fixação das comunidades nos seus respectivos territórios, em ambas as terras foram compradas pelos primeiros moradores, com a devida certificação em cartório. De acordo com a tradição oral de Conceição dos Caetanos, isto se deu no final do século XIX, com Caetano José da Costa, agricultor filho de escravos, que adquiriu posse do território da comunidade, para onde se mudou com sua esposa, com quem teve doze filhos. Em Conceição dos Caetanos, foi institucionalizada a primeira associação de moradores da comunidade em 1982. Atualmente, com pouco mais de 200

famílias, existem duas associações de moradores, sendo uma exclusiva de moradores que se identificam como quilombolas e outra que discute e concilia assuntos de interesse dos moradores em geral.

Já a consolidação efetiva da comunidade de Água Preta se deu em um período pouco mais recente. Segundo a tradição oral da comunidade, o primeiro a fixar-se no território da comunidade foi Manoel Camilino Bertoldo, em 1889, ao casar-se com uma negra de uma comunidade chamada Varjota e ter dez filhos. Mas para adquirir o terreno, Manoel primeiramente trabalhou no estado de Amazonas, só retornando quando conseguiu dinheiro para a compra. Mas ao contrário do que se verifica em Conceição dos Caetanos, a história de Água Preta apresenta problemáticas territoriais pois um outro documento foi forjado por grileiros, no intuito de tomar as terras que Manoel havia comprado. Assim, apenas parte do terreno inicial compõe o território atual da comunidade.

Atualmente, habitam em Água Preta 114 famílias, sendo 80 reconhecidas como remanescentes de quilombo e outra parte de famílias em que um membro da comunidade se casou com uma pessoa de outra localidade. Os não-quilombolas também contribuem com a comunidade participando da Associação dos Remanescentes de Quilombo de Água Preta, criada em 2010², e se veem como parte integrante da CRQ.

Assim, cada comunidade possui particularidades quanto a sua história de fixação no território e de organização comunitária, conformando contextos diferentes. Mas também há indicativos de vínculo familiar entre as duas grandes famílias e a própria comunhão da identidade quilombola, de modo que as referidas individualidades possuem o potencial para o estabelecimento de vínculos de fortalecimento intercomunitário, visto que são grupos com a mesma herança histórica e identitária.

Também foi possível perceber que as relações políticas entre cada comunidade e o município poderiam se dar de forma mais efetiva. Em Água Preta, a falta de prestação de serviços básicos e assistência à comunidade é notável, pois se relatou falta de transparência em alguns projetos direcionados à comunidade. Água Preta não dispõe de água encanada, calçamento, posto de saúde em funcionamento e quadra esportiva, entretanto uma importante parceria com italianos que compõem a ONG Amigos do Brasil ajuda a mitigar essa situação. Com a ajuda desta ONG foi construído um chafariz, a Escolinha Rizzi, uma praça pública e disponibilizado atendimento médico para os moradores. Porém, não houve continuidade devido à falta de recursos financeiros.

Já em Conceição dos Caetanos, estas demandas mais básicas foram alcançadas e a articulação com a gestão municipal, quanto à captação de programas de fomento à cultura, apresenta-se melhor estabelecida.

Em termos de representação política municipal, a atual falta de representantes políticos pertencentes a alguma das comunidades reverbera em uma limitada influência

2 Entretanto, existiu uma associação anterior que não tinha aproximação com a questão quilombola, e chegou a ser liderada por um homem de etnia branca proveniente de outra localidade. No período de existência desta associação, houveram diversos retrocessos em algumas pautas da comunidade. Consequentemente, esta liderança foi mal vista pela FCP e, a partir de uma importante reorganização, foi fundada uma nova associação, de maior representatividade, sob liderança da própria comunidade.

direta das comunidades. Ressalta-se que foi considerada nos diálogos a importância de reivindicar suporte ao poder público municipal.

Quanto à economia das comunidades quilombolas, a principal atividade desenvolvida é a agricultura de micro e pequeno porte, cujos excedentes são vendidos em feiras locais, sendo a maior parte dos alimentos comprada também nestas feiras. As casas de farinha são importantes espaços de geração de renda e possuem potencial para convivências que resgatem e refletem a ancestralidade quilombola da/para comunidade por meio da contação de histórias e entoação de canções populares, por exemplo. Assim, a produção de farinha, em si, constitui um elemento cultural da comunidade.

Em Água Preta, a venda de produtos para as feiras locais é menos expressiva, devido a fatores como a acessibilidade à sede do município e o abastecimento hídrico. Conceição dos Caetanos também produz consideráveis quantidades de mandioca e caju, que geram subprodutos importantes escoados por compradores subjacentes. Dependendo das quadras chuvosas anuais, também são produzidas quantidades de milho e feijão. Assim, comunidades representam espaços de produção para o município, dessa forma inseridos na economia municipal.

Outras fontes de renda de menor expressividade são o setor de comércio e serviços e o de construção civil. Há o destaque também para o auxílio de cestas básicas que são distribuídas para famílias quilombolas cadastradas em um Programa parceiro da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a Fundação Cultural Palmares. De acordo com o site da CONAB, esse programa de apoio é voltado para famílias em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional (Companhia Nacional de Abastecimento [CONAB], 2017).

A inexistência de empregos em fábricas ou no ramo de construção civil nas proximidades, reforça o exercício agrícola e a busca de empregos em outras localidades, sobretudo nos setores terciários da economia. Este contexto se reflete na saída de jovens de ambas as comunidades e a consequente preocupação quanto a falta de participação destes na preservação do patrimônio histórico-cultural. Tal aspecto será abordado na sequência.

Assim, no âmbito político, percebemos diferentes níveis de articulação entre município e CRQ, com limitações específicas à cada contexto. O que demanda um permanente empenho em mobilizar demandas internamente, principalmente via associações comunitárias. Enquanto no âmbito econômico, percebe-se a importância do apoio de programas oficiais e da atuação da ONG Amigos do Brasil para promover a segurança alimentar das comunidades; bem como a preocupação em torno do desenvolvimento econômico das comunidades de oportunidades de emprego para a permanência dos jovens e adultos, em ambos os contextos.

Outra importante pauta nos diálogos estabelecidos foram as questões culturais. Conceição dos Caetanos iniciou sua articulação incisiva sobre questões culturais a partir do contato com uma baiana chamada Ana Rosa, em 1988. As festividades religiosas, até então, não incluíam referências afroculturais. Mas, processualmente, o incremento de vestimentas, adornos, instrumentos de percussão, canções e danças marcados pela africanidade foi incorporado na principal comemoração anual em Conceição dos Caetanos,

a novena de Nossa Senhora das Graças, que engloba o Dia da Consciência Negra. Nesta ocorre a Missa do Zumbi (Fig. 3), que homenageia Zumbi dos Palmares. Tal festividade católica é seguida pela apresentação de bandas regionais de forró, a principal expressão musical na região. De modo que a mescla de elementos sagrados e profanos atrai pessoas da comunidade, de outras CRQs, de outras partes do município e de fora dele, sendo assim uma oportunidade de expressão do patrimônio quilombola de Tururu.

Figura 3: Missa do Zumbi na comunidade de Conceição dos Caetanos.



Em 2010, o dia da Consciência Negra tornou-se data comemorativa e feriado via promulgação de lei municipal³. Com isso, recursos públicos também são destinados - mesmo sob constante reivindicação - para viabilizar a realização da festa, que se tornou mais expressiva. Entretanto o restante do calendário anual se esvazia de festividades deste perfil.

Os eventos culturais em Água Preta também atraem pessoas de fora da comunidade e são distribuídos pontualmente ao longo do calendário anual. Um exemplo deste tipo de programação é o “quilombo de férias”, que acontece costumeiramente no mês de julho com diversas atividades de caráter de lazer que dialogam com aspectos identitários afro culturais da comunidade.

Grupos de capoeira, dança e teatro mobilizam jovens de Conceição dos Caetanos, além de um grupo de artesanato articulado por mulheres entre 50 e 90 anos. Cabe destacar a atuação feminina na comunidade, pois a liderança feminina se impõe nas decisões coletivas, e diversas mulheres prezam por sua independência financeira, principalmente através de seu artesanato.

Os grupos artísticos comumente se apresentam em eventos organizados pelas prefeituras municipais. O trabalho de identidade dentro destes grupos gera resultados como a diminuição do preconceito racial entre os jovens da comunidade e até melhoria no rendimento escolar, o que é bem visto pelos pais dos participantes. A escola da comunidade

3 A Festividade da Consciência Negra ocorre no dia 19 em Água Preta e no dia 20 em Conceição dos Caetanos, para que as comunidades possam comungar de suas programações.

também é foco das ações culturais e os mesmos grupos também realizam apresentações em outras escolas do município, convidados a participar de semanas culturais e atividades que envolvem a cultura afro-brasileira. Apesar de importantes para a circulação de expressões artísticas do povo quilombola em seu município, infelizmente estes fluxos proporcionaram também episódios de discriminação e racismo que enfraqueceram em determinados momentos a articulação interna dos grupos artísticos.

Até por volta de 2012, Conceição dos Caetanos evitou parcialmente a visitação em outros locais e apresentações devido à discriminação racial sofrida. Parte desse processo se dava, porém, pela própria recusa da identidade negra que se dava dentro da comunidade. A partir do diálogo progressivo de autoconstrução de uma identidade quilombola, os jovens foram tomando ciência de que não deveriam se deixar impactar por uma visão negativa sobre suas origens e seus traços étnicos.

Também existe o desafio de falta de incentivos à educação e oportunidades profissionais para a permanência dos jovens na comunidade, o que enfraquece o reconhecimento do quilombo como espaço representativo de pertencimento. Entretanto, é constante o trabalho com a juventude para que os trabalhos de manifestações artísticas não fiquem estagnados e que os jovens não esqueçam de suas origens culturais após vivenciar novas experiências fora de Conceição dos Caetanos.

Em Água Preta, apesar dos esforços no sentido do trabalho identitário com a juventude, também existem formas de resistência manifestada pela juventude em reconhecer-se plenamente como remanescente de quilombo e abraçar a valorização histórico-cultural dessa identidade. Em ambos os contextos, o preconceito e a discriminação sofrida fora das comunidades também dificultam a participação dos jovens. Nesta resistência interna, ainda forte, reverbera o discurso discriminativo que se dá, e historicamente se deu, de fora para dentro das comunidades. A falta de investimento econômico, de recursos básicos e de ofertas de emprego dificultam a permanência das novas gerações nas duas CRQs.

A sensibilização em torno do patrimônio cultural se mostra crescente nos aspectos educacionais. Em Conceição dos Caetanos a questão vem sendo tratada progressivamente nas escolas, que contam com professoras em processo de formação sobre tais aspectos e que desenvolvem práticas educacionais sobre a temática. O processo iniciou-se, sobretudo, após a promulgação da Lei 10.693, importante marco no processo educacional que torna obrigatório o ensino sobre história e a cultura afro-brasileira.

Em Água Preta, existem duas instituições de ensino básico: a Escolinha Rizzi e a Escola Quilombola Municipal de Ensino Fundamental - EQMEF Manoel Bertoldo da Costa. Em Conceição dos Caetanos, existem outras duas instituições de ensino básico: Centro Educacional N. Sr.^a das Graças e Escola Quilombola Municipal de Ensino Fundamental - EQMEF Caetano José da Costa.

A Escolinha e o Centro Educacional funcionam sob a responsabilidade e autonomia das próprias comunidades, algo importante, pois a liberdade para trabalhar uma educação da comunidade para a comunidade significa uma oportunidade para incentivar sua valorização patrimonial. Os espaços também funcionam como locais para reuniões, encontros, ensaios e eventos das comunidades.

A presença do termo ‘Quilombola’ em seus nomes não reflete a presença de um currículo formulado para tal contexto. A Escola Caetano José da Costa ganhou a designação de Escola Quilombola apenas no segundo semestre de 2018, e apresenta a mesma problemática curricular está presente em Água Preta, o que aponta para mais uma pauta em comum: construir e efetivar um currículo escolar eminentemente quilombola.

No contexto da EQMEF Caetano José da Costa, por exemplo, apesar dos documentos oficiais não tratarem explicitamente dos elementos da cultura quilombola, é perceptível que os sujeitos escolares não negam seu contexto vivido. Por meio da participação de colaboradores da própria comunidade, a Escola realiza práticas educacionais e culturais junto aos alunos.

Portanto, seja no âmbito cultural, econômico ou territorial, percebe-se que existem problemáticas específicas, mas também problemáticas presentes em ambas as realidades. Neste sentido, é importante refletir sobre as potencialidades e limitações em torno da relação intercomunitária no intento de superar estas dificuldades.

Relações Intercomunitárias

De acordo com as entrevistadas, a articulação entre as duas comunidades se intensificou a partir de 2010, quando houve uma organização interna mais mobilizada em Água Preta. Ratts (2000), traz importantes informações sobre o processo histórico de fixação de Conceição dos Caetanos e Água Preta, mostrando fluxos na escala estadual e nacional, e articulações em rede estabelecidas entre diferentes comunidades quilombolas.

Esta articulação foi de grande relevância, tendo em vista que Conceição dos Caetanos já estava em processo de engajamento nas questões político-culturais desde os anos 1980, com experiência para ajudar na mobilização inicial em Água Preta. Quanto a busca por valorização patrimonial e por representatividade dentro da esfera municipal, é fundamental considerar esta capacidade de articulação entre os dois grupos, que tanto têm em comum. Entretanto, durante o trabalho de reconhecimento nas comunidades, foram identificados impasses que dificultam esta relação.

Apesar de serem territórios culturalmente especiais e inseridos em um mesmo município, não dispõem de fartos recursos para fomento de suas demandas. O primeiro desafio para a coparticipação das comunidades em suas atividades é a própria distância e o trajeto entre os dois locais. Separados por 18km, seus moradores necessitam corriqueiramente de transporte coletivo adequado às condições de estrada de terra batida. Quando esta necessidade é suprida, se dá por meio de auxílio de algum representante do poder público ou de articulação com parceiros, pois as comunidades não possuem meio de transporte regular.

Outro obstáculo é a divergência na relação que se dá com o poder público, percebida ao longo do diálogo em cada comunidade. Questões que envolvem a esfera do campo político são marcantes dentro da relação comunidade-comunidade e, principalmente, comunidade-poder público municipal. Mas esta articulação vem melhorando a partir de esforços de sujeitos em cada uma das três instâncias.

Outro ponto em comum entre as comunidades é o próprio processo de descoberta valorativa de seu patrimônio quilombola. Tal processo lida com barreiras de duas naturezas:

- 1) internas: a dificuldade de aproximação dos moradores, sobretudo dos jovens, com a valorização do patrimônio quilombola; e a necessidade de um trabalho identitário mais efetivo das comunidades em conjunto de modo a ganhar força frente ao cenário municipal;
- 2) externas: a necessidade de uma maior relação entre outras comunidades quilombolas e grupos de parceria; e a necessidade de maior suporte de políticas públicas.

A partir de parcerias com outras comunidades, artistas e colaboradores independentes, a comunidade de Água Preta também vem desenvolvendo progressivamente suas festividades anuais em torno do dia da Consciência Negra - fato que indica a importância das parcerias externas. Também existe a atenção para a participação das comunidades, em momentos pontuais, nas festividades uma da outra, de maneira a celebrar a irmandade e a comunhão entre os dois agrupamentos em torno desta identidade territorial. Percebe-se nessa dinâmica a importância de aperfeiçoar a articulação entre as CRQs para viabilizar maior expressividade não só para as festividades mas também para outras pautas comuns as duas comunidades, a busca por valorização patrimonial e uma maior representatividade cidadã.

Por meio de uma gama de eventos com apresentações artísticas, oficinas e palestras de formação para pessoas de várias comunidades quilombolas, a constituição de uma rede de conhecimentos e experiências pode se espacializar por todo o território cearense, a partir de sua reprodução em cada localidade. Por meio de parcerias desta natureza, que proporcionam tais vivências, a afro-identidade da comunidade foi se remodelando e se fortalecendo. Ficou evidenciada a articulação direta entre Conceição dos Caetanos e outras comunidades, sobretudo Água Preta e Nazaré (CRQ em Itapipoca-CE). Também é notória, pelos relatos, a parceria entre Água Preta e a comunidade Caetanos em Capuan (CRQ localizada em Caucaia-CE).

A organização entre estas comunidades não favorece estritamente os fatores culturais, mas também questões políticas como as reivindicações fundamentais e a busca representatividade. O direcionamento de verba para as comunidades, por exemplo, tornou-se mais frequente devido à reivindicação e o reconhecimento dos direitos por parte das próprias comunidades. A realização dos eventos culturais e de outros projetos educativos conta com a parceria de instituições de ensino superior e de programas de fomento ao desenvolvimento da pesquisa e da cultura. São vínculos que constroem e compartilham saberes importantes para ambas as partes e diante de tais vínculos entre CRQs, dentro e fora do município de Tururu, seguimos para a percepção em torno de relações específicas da relação entre as comunidades quilombolas e a gestão municipal.

Relações intramunicipais

A partir dos resultados construídos nos tópicos anteriores é possível avançar neste tópico rumo ao entendimento de algumas questões em torno da representatividade das comunidades quilombolas tururuenses no âmbito de sua municipalidade.

Em contato com a gestão da Secretaria de Cultura do Município em 2018, foi possível perceber o intento na elaboração de projetos que buscam contribuir com as demandas de suas comunidades quilombolas. Entretanto foi perceptível uma dissonância entre os anseios da pasta e a correspondência do poder executivo.

É preciso considerar o desafio da pasta em fomentar o desenvolvimento e o incentivo à cultura não apenas para as comunidades quilombolas, mas no envolvimento de todo seu estimado contingente de 16 mil pessoas. Outras datas comemorativas do calendário municipal demandam atenção ao longo do ano inteiro, de modo que não parece viável ao executivo municipal destinar verbas da arrecadação com exclusividade para as festividades quilombolas.

Considerando a pequena capacidade de arrecadação municipal, deve-se levar em conta a necessidade de investimento em áreas como saúde, educação e assistência social. No intento de abarcar todas as demandas municipais, o incentivo à cultura, e sobretudo ao patrimônio quilombola presente no município, tendem a permanecer em segundo plano se não houver um processo de sensibilização para com a relevância histórico-cultural dos remanescentes de quilombo.

Episódios de racismo sofridos fora da comunidade, relatados ao longo dos diálogos estabelecidos nas comunidades, são um problema histórico ainda presente na discussão sobre a valorização deste patrimônio quilombola. A superação desta violência contra este povo e essa cultura remanescente é o primeiro passo para preservar o patrimônio quilombola presente no território tururuense. Em um contexto em que a discriminação se fortaleceu historicamente ao ponto de se tornar (em alguns casos) a negação de sua própria herança étnico-cultural, torna-se difícil, porém necessário, uma mudança de perspectiva de dentro para fora das comunidades.

Seria ideal um engajamento das escolas nas CRQs e dos programas de educação que se inserem nestas comunidades, na questão da superação do racismo e no desenvolvimento de práticas de (auto) valorização cultural. Da mesma forma, é preciso que esta discussão não esteja isolada nas CRQs. É preciso estendê-la para escolas municipais de maneira geral, traçando uma articulação maior para a superação do racismo. Ou seja, também é necessário que haja a superação do preconceito étnico-cultural fora das comunidades, para que o trabalho das comunidades não seja sufocado pela receptividade negativa do restante da sociedade. Para este processo, é interessante que haja uma interação entre os sujeitos de realidades distintas, mas que se localizam em um mesmo contexto municipal. Atividades educativas (feiras culturais, apresentações culturais, palestras de formação, trabalhos de campo, etc.) que traçam parcerias entre estas diferentes escolas/realidades, representam um dos importantes caminhos para este objetivo.

Outra articulação necessária para o avanço desta valorização externa às comunidades é a articulação progressiva entre as comunidades quilombolas, primeiramente a nível municipal e, de maneira mais projetiva, a nível microrregional, macrorregional e assim por diante. O estabelecimento de uma rede de maior expressividade reflete em uma maior capacidade reivindicativa para as pautas em comum às CRQs estaduais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões construídas ao longo de cada etapa do trabalho, entende-se que o reconhecimento e a valorização das comunidades quilombolas demanda ações em diferentes escalas e por diferentes articulações coletivas. É possível traçar um quadro sintético diante das demandas apontadas em cada comunidade (Quadro 1).

Quadro 1: Demandas de valorização patrimonial das CRQs em nível intracomunitário

Água Preta	Acessar recursos básicos: água encanada, pavimentação, posto de saúde em funcionamento e quadra esportiva.
Conceição dos Caetanos e Água Preta (pautas em comum)	Estabelecer efetivas articulações com o poder público municipal; Promover a segurança alimentar dentro das comunidades; Combater o preconceito e a discriminação racial; Criar oportunidades de emprego para facilitar a permanência de jovens; Adquirir um meio de transporte coletivo próprio; Construir e efetivar um currículo escolar eminentemente quilombola;

O quadro dispõe claramente de mais pautas comungadas do que propriamente particularidades de cada contexto, dado que já aponta para a resolução conjunta das demandas quilombolas. Ademais, esse quadro representa um guia para a gestão territorial das comunidades quilombolas, e portanto, uma gestão que também é patrimonial.

A leitura multiescalar em torno do patrimônio quilombola representa um importante instrumento de gestão territorial. Neste caso, a leitura reforça a importância da articulação intercomunitária dentro do contexto municipal e revela que, para que se possa chegar a esse reconhecimento valorativo, alguns avanços devem ser galgados:

1. É preciso fortalecer a articulação das CRQs primeiramente de forma intracomunitária, dialogando e trabalhando de maneira coletiva e progressiva em prol do autorreconhecimento cultural;
2. É necessário maior empenho para articular relações intercomunitárias, fortalecendo o que pode ser considerado como uma rede de patrimônio quilombola, visando sua preservação a curto, médio e longo prazo.
3. A articulação nestes dois primeiros níveis representa uma importante base para o terceiro nível de articulação, que deve se estabelecer entre as CRQs tururuenses e o poder público municipal.

Apesar deste estudo abordar a territorialidade e o reconhecimento patrimonial de grupos inseridos no município de Tururu, por via de uma articulação em rede de territórios quilombolas, existe a possibilidade de reivindicar o suporte estatal em outros níveis (estadual e nacional), buscando maior visibilidade para o patrimônio quilombola. Nesse sentido, é importante destacar que as comunidades quilombolas não necessitam apenas de fomento em questões culturais, mas também demandam recursos essenciais. De modo que valorizar o patrimônio quilombola, neste contexto, não significa apenas apoiar a cultura e a história destes grupos, mas também garantir condições básicas de sua própria existência e de seu desenvolvimento.

Assim, a partir de articulações intracomunitárias e da consolidação de uma rede colaborativa entre Conceição dos Caetanos, Água Preta, demais CRQs e outras parcerias, é possível desenvolver estratégias de valorização patrimonial para as comunidades e reivindicar a garantia de políticas públicas e o exercício de cidadania para tais grupos.

REFERÊNCIAS

- Anjos, Rafael Sanzio Araújo (2006). Cartografia étnica: a África, o Brasil e os territórios dos quilombos. In J.B. Silva, L.C. Lima, & E.W.C. Dantas (Orgs.) *Panorama da geografia brasileira II*. (pp. 199-213). São Paulo: Annablume.
- Anjos, Rafael Sanzio Araújo (2009). *Quilombos: Geografia Africana - Cartografia Étnica - Territórios Tradicionais*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria.
- Berutti, Flávio, Lisboa, Andrezza, & Santos, Igor (2012). *Comunidades Quilombolas: espaços de resistência*. Belo Horizonte: Rhj.
- Calaça, Maria Cecília Felix, Domingos, Reginaldo Ferreira, & Cunha Junior, Henrique (2011). Conceição dos Caetanos: cultura quilombola no interior cearense. In Henrique Cunha Junior, Antunes, Joselina da Silva, & Cícera Nunes (Org.). *Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. (pp. 238-255). Fortaleza: Ed. UFC.
- Caetano, Maria Sandra (2015). *O ensino da identidade cultural da comunidade quilombola Conceição dos Caetanos, Tururu-CE*. Monografia de Graduação em História. Instituto de Estudos e Pesquisas do Vale do Acaraú, Tururu, CE, Brasil.
- Castro, Iná Elias de (2000). O problema da escala. In Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, & Roberto Lobato Corrêa. *Geografia: conceitos e temas*. (pp. 117 - 140). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2007). *Ceará em Mapas*. Recuperado de goo.gl/FB9MNn.
- Companhia Nacional de Abastecimento (2017). *Produtos e Serviços*. Recuperado de: [<goo.gl/k9vxZp>](http://goo.gl/k9vxZp).
- Cunha Junior, Henrique Antunes (2012). Quilombo: patrimônio histórico e cultural. *Espaço Acadêmico*, 11 (129), 158-167.
- Cunha Junior, Henrique Antunes, Silva, Joselina da, & Nunes, Cícera (Org.) (2011). *Artefatos da Cultura Negra no Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC.
- Decreto nº 4887, de 20 de novembro de 2003. Brasília. Recuperado de <https://goo.gl/3Y9MZr>
- Figueiredo, Lauro César (2013). Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. *Geografia Ensino & Pesquisa*, 17(1), 55-70. Recuperado de <https://goo.gl/S61AEQ>
- Fundação Cultural Palmares (2019). *Certificação Quilombola*. Recuperado de http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551
- Haesbaert, Rogério (2007). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, Rogério (2008). Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade. In Heidrich, Álvaro et al. (Org.). *A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço*. (pp. 19-36). Porto Alegre: ULBRA/ UFRGS.
- Heidrich, Álvaro Luiz (2016). Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade. In Heidrich, A.L., & Pires, C.L.Z. (Orgs.). *Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura*. (p. 15-33). Porto Alegre: Letra1. Recuperado de <https://goo.gl/BSWv48>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Bases Cartográficas: malhas digitais. Recuperado de https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/malhas_territoriais/malhas_municipais/municipio_2015/

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). *Censo Demográfico*. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018). *Tururu*. Recuperado de <https://goo.gl/vX2bU6>

Lei nº 10693, de 9 de janeiro de 2003. Brasília, 9 jan. 2003. Recuperado de <https://goo.gl/xz4MJS>

Tururu (Cidade). *Prefeitura Municipal de Tururu*. Recuperado de <https://www.tururu.ce.gov.br/>

Ratts, Alecsandro José Prudêncio (2000). *O mundo é grande e a nação também: identidade e Mobilidade em territórios negros*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, Brasil.

Data de submissão: 01/nov./2019

Data de aceite: 01/fev./2021